

SUMÁRIO

DIREITO

• (Ir)responsabilidade estatal	28
• Responsabilidades ampliadas	30
• Obrigação alimentar e dever de cuidado	31
• Alimentos naturais e civis	32
• Distinção quanto aos beneficiários	33
• Alimentos <i>in natura</i>	34

CARACTERÍSTICAS

• Direito personalíssimo	36
• (In)transmissibilidade	36
• Indisponibilidade	41
• Irrenunciabilidade	41
• Renúncia de prestações vencidas	44
• Impenhorabilidade	45
• Irrepetibilidade e incompensabilidade	46
– Má-fé do credor	48
– Repetição do indébito	49
• Retroatividade	49
– Alcance da retroatividade	51
– Negatória de parentalidade	52
• Anterioridade	53
– Anterioridade e mora	54
– Obrigação alimentar desde a concepção	55
– Direito ao ressarcimento	56
• Proximidade	58

• Solidariedade	60
– Direito de regresso	62
– Credores: pessoa idosa, criança ou adolescente	63
• Reciprocidade e indignidade	64
– Abandono afetivo e obrigação alimentar	65
• Proporcionalidade	66
• Coisa julgada	68
– Proporcionalidade e coisa julgada	69

TITULARES DO CRÉDITO ALIMENTAR

• Alimentos a favor do nascituro	71
• Alimentos gravídicos	73
• Igualdade entre os filhos	75
– Despesas comuns	77
• Alimentos entre cônjuges e companheiros	77
• Alimentos <i>intuitu familiae</i>	78
– Direito de acrescer	79
• Adoção	80
– Desistência da adoção	81
• Alimentos a favor da pessoa idosa	82
• A favor dos animais de estimação	83

OBRIGADOS A PRESTAR ALIMENTOS

• Disciplina uniforme da obrigação	85
• A privilegiada situação do alimentante	86
• Inversão entre mútua assistência e solidariedade familiar	87
• Inversão entre parentes em linha reta	89
• Obrigação dos pais	90
– Perda do poder familiar	92
– Violência doméstica contra os filhos	94
– Termos inicial e final	95
• Convivência compartilhada ou alternada	97
• Obrigação igualitária e a economia do cuidado	99
• Suspensão, extinção e perda do poder familiar	101
• Renúncia da herança	102
• Filiação socioafetiva	103

• Multiparentalidade	104
– Padrasto	106
– Obrigação nem solidária nem obrigatória	107
• Coparentalidade	108
• Alimentos entre cônjuges e companheiros	109
– Separação de fato e separação de corpos	109
– Violência doméstica contra a mulher	110
– Divórcio liminar	111
• Obrigação dos avós	112
– Responsabilidade subsidiária	114
– Litisconsórcio necessário ou facultativo	116
– Ação de investigação de paternidade	118
• Dos parentes em linha reta	119
• Dos parentes colaterais	120
• Dos irmãos	121
• De tios, sobrinhos e primos	122
• Dos parentes por afinidade	124
• Para com os filhos dos parentes por afinidade	126
• Obrigação alimentar do donatário	127

OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DO ESTADO

• Para com as pessoas idosas	127
• Para com crianças, adolescentes e jovens	128

ORIGEM DO DIREITO

• Casamento e união estável	129
• Concubinato	131
• Divórcio e dissolução da união estável	132
– Alimentos pós-divórcio	134
– Dispensa e renúncia dos alimentos	136
• União estável	137
• União homoafetiva	138
• União simultânea	139
• União poliafetiva	141

ESPÉCIES

• Frutos e rendimentos de bens comuns	142
---	-----

– Regime de bens	143
– Compensação	144
• Alimentos compensatórios	145
• Distinção entre alimentos compensatórios e entrega dos frutos de bens comuns	149
• Alimentos temporários	151
– Prorrogação	154
• Direito previdenciário	155
• Honorários advocatícios	156
• Dano moral	157
• Legado de alimentos	158
– Anterioridade	159

FIM DO DIREITO

• Dispensa tácita de alimentos	160
• Não exercício do direito	160
• Extinção e exoneração do encargo alimentar	161
– Fim da necessidade ou da possibilidade	162
– Maioridade do credor	162
– Suspensão do pagamento	164
– Emancipação	165
– Suspensão ou destituição do poder familiar	165
• Casamento ou união estável do credor	166
– Namoro, namoro qualificado e concubinato	167
– Obrigação remanescente dos pais	168
• Casamento ou união estável do devedor	169
• Culpa	169
• Procedimento indigno	172
– Indignidade nas relações de parentesco	175
– Indignidade e infidelidade	176
– Indignidade e alienação parental	177

AÇÃO

• Violência processual	181
• Competência	181
– Competência internacional	181
– Competência nacional	182

– Alimentos fixados a título de medida protetiva	183
– Prevenção	184
• Lei aplicável	185
– Lei de Alimentos	186
• Eleição da demanda	188
• Tutela antecipada em caráter antecedente	189

PARTES

• Legitimidade ativa	190
– Maioridade do credor	190
– Guarda por terceiro	191
– Curador especial	191
• Legitimidade passiva	192
– Ilegitimidade	193
• Litisconsórcio	193
• Atuação do Ministério Público	195
– Substituto processual	196
• Chamamento ao processo e chamamento a integrar a lide	197
– Alargamento do polo passivo	198
– Chamamento do outro genitor	199
– Chamamento e multiparentalidade	201
– Chamamento dos demais avós	201
– Chamamento de parentes de graus diferentes	203
– A favor da pessoa idosa	203
• Nomeação à autoria	204
• Desconsideração da personalidade jurídica	205
– Desconsideração direta	205
– Desconsideração inversa	206
– Procedimento	207

CRÉDITO ALIMENTAR

• Alimentos provisórios	208
– Nas ações de alimentos	208
– Nas ações de conhecimento	209
• Alimentos definitivos	210
– Anotação na carteira do trabalho ou assento funcional do alimentante	211
• Termo inicial	212

• Eficácia	213
• Base de incidência	216
– Integram a base de cálculo	217
– Não integram a base de cálculo	220
• Imposto de Renda	222
– Restituição do Imposto de Renda	223
• Critérios de atualização	223
– Fixação em percentual dos ganhos ou rendimentos	225
– Desemprego	226
– Salário mínimo	226
• Multa moratória	227

PROCEDIMENTO

• Registro e distribuição	228
• Recesso e férias forenses	229
• Petição inicial	230
• Valor da causa	231
– Nas ações revisionais	232
– Na ação exoneratória	233
• Assistência judiciária	233
• Despacho liminar	235
• Fixação de alimentos <i>ex officio</i>	237
– Investigação oficiosa da paternidade	237
• Citação	238
– Cópia da inicial	240
• Conciliação e mediação	240
– Ausência do autor	241
– Ausência do réu	242
• Contestação	244
• Reconvenção	245
• Desistência da ação	246
• Audiência de instrução e julgamento	246
– Presença do advogado	246
– Termo inicial para a contestação	247
– Audiência por videoconferência	248
– Tentativa de conciliação	249
• Depoimento pessoal	250

• Provas	251
– Inversão dinâmica do ônus da prova	251
– Limites da investigação probatória	252
– Garantia de acesso às provas	254
– Prova emprestada	255
– Prova ilícita	255
– Testemunhas	256
– Testemunhas impedidas	257
– Testemunho dos filhos	258
– Prova pericial	259
• Alegações finais	260
• Sentença	260
– Tanto além quanto aquém	260
– Eficácia imediata	262
– Multa	262
• Recursos	263
– De decisão interlocutória	263
– Da sentença	265
– Nas demandas cumuladas	266
– Recurso especial	267
• Coisa julgada	268
– Possibilidade revisional	269

ESPÉCIE DE DEMANDAS

• Ações revisionais	270
• Majoração	272
• Redução	273
– Diminuição das possibilidades do alimentante	275
– Constituição de nova família	275
• Exoneratória	276
– Com relação aos filhos	276
– Com relação à ex-cônjuge ou ex-companheira	277
– A exoneração dos alimentos não atinge o débito objeto de execução	279
• Ação de oferta de alimentos	280
– Termo inicial da obrigação	281
• Ação de alimentos gravídicos	282
– Despesas	283

– Competência	284
– Legitimidade ativa	284
– Polo passivo	285
– Prazo da contestação	286
– Termo inicial	286
– Interrupção da gestação	288
– Conversão em alimentos a favor do filho	289
– Conversão em ação declaratória de paternidade	290
– Improcedência da ação	291
• Ação declaratória de parentalidade	292
– Prova da paternidade	293
– Dispensa de reconhecimento	295
– Termo inicial do encargo alimentar	295
– Ausência de pedido de alimentos	297
– Ausência de condenação	298
– Improcedência da ação	299
• Ação negatória de paternidade	299
• Ação de divórcio	300
• Ação de anulação de casamento	301
– Casamento putativo	303
• Ação declaratória de dissolução de união estável	303
– Alimentos entre os companheiros	304
• Ação contra o espólio	305
• Ação de regresso	306
• Ação contra o estado	307
• Ação de prestação de contas	308
• Ação rescisória	311
• Prescrição	312
– Prescrição dos alimentos compensatórios	313
• Causas suspensivas	314
– Poder familiar	314
– Vida em comum	314

EFICÁCIA

• Ação de alimentos	319
– Pagamento antecipado	322

– Concessão liminar	323
– Indeferimento liminar	326
– Termo final	327
– Efeitos recursais	328
• Vigência dos alimentos na ação de alimentos	329
– Quando não concedidos alimentos provisórios	329
– Majoração dos alimentos provisórios	330
– Majoração na sentença ou no recurso	331
– Redução dos alimentos provisórios	331
– Quando alterado o valor dos alimentos provisórios	333
– Im procedência da ação	334
• Ações revisionais	336
– (Im)possibilidade de concessão de efeito retroativo	339
• Ação de majoração	341
• Ação de redução	342
– Prévia ciência do credor	342
– Redução em sede liminar	343
– Indeferimento da liminar	344
– Im procedência da ação	345
• Ação de exoneração	345
– Exoneração em sede liminar	346
– Procedência da ação	347
– Im procedência da ação	348
• Cumulação da ação de conhecimento e de alimentos	348
• Alimentos na ação investigatória de parentalidade	350
• Divórcio	351
• Entrega de frutos e rendimentos	352

EXECUÇÃO

• Meios executórios	361
– Título executivo judicial	363
– Título executivo extrajudicial	364
– Mora do devedor	365
• Multa moratória e honorários advocatícios	366
– Possibilidade de não incidência	369
• Créditos executáveis	370

– Entrega da metade dos frutos de bens comuns	370
– Alimentos compensatórios	371
– Alimentos provisórios	372
– Alimentos gravídicos	373
– Alimentos <i>intuitu familiae</i>	375
– Alimentos <i>in natura</i>	375
– Alimentos pela prática de ato ilícito	376

PROCEDIMENTO

• Exigibilidade do crédito alimentar	378
– Eleição do meio executório	378
– Cumulação sucessiva	379
– Ação revisional ou exoneratória	380
• Competência	381
– Cumprimento da sentença	381
– Execução de título extrajudicial	382
• Legitimidade ativa	383
– Maioridade do credor	384
– Sub-rogação	385
• Legitimidade passiva	387
– Devedor emancipado	388
• Morte de uma das partes	389
• Demonstrativo atualizado da dívida	390
– Projeção do valor das prestações futuras	392
– Juros e correção monetária	393
– Alimentos vinculados ao IGP-M e deflação	394
– Estipulação em salários mínimos	395
DEMANDAS EXECUTÓRIAS	396
• Ritos de cobrança: semelhanças e diferenças	396
• Eleição do meio executório	397
– Dívida recente e dívida antiga	398
• Pedido inicial	399
– Valor da causa	400
• Despacho inicial	401
• Citação e intimação	402
– Cientificação do devedor	402
– Cumprimento de sentença	403

– Execução de título extrajudicial	406
– Termo inicial	408
– Prazo para o pagamento	408
– Citação por precatória	409
• Exceção de pré-executividade	411
• Possibilidade de parcelamento	411
– Parcelamento em sede de cumprimento da sentença	413
• Execução pelo rito da prisão e da penhora nos mesmos autos	414
– Cobrança “desde logo” sem possibilidade de decretação da prisão	419
• Títulos executivos judiciais	421
• Títulos executivos extrajudiciais	422
– Acordos referendados por terceiros	422
– Transação	423
– Dissolução da união estável	423
• Execução pelo rito da coação pessoal	424
– Extensão do débito	426
• Justificativa	427
– Desemprego	429
– Pagamentos <i>in natura</i>	430
– Pagamento integral	431
– Pagamento parcial	432
– Descumprimento do acordo	433
• Prazo da prisão	434
• Regime prisional	436
– Prisão domiciliar	438
• Audiência de custódia	438
• Vias impugnativas ao decreto da prisão	439
– Agravo de instrumento	439
– Agravo interno	441
– <i>Habeas corpus</i>	442
– Mandado de segurança	443
EXECUÇÃO PELO RITO DA EXPROPRIAÇÃO	
• Penhora	444
– Penhora <i>on-line</i>	444
– Penhora de bens impenhoráveis	445
– Desconsideração inversa da personalidade jurídica	447

– Penhora da restituição do Imposto de Renda	449
– Crédito hipotecário	450
– Direito de preferência no processo de falência	450
– Alienação do bem penhorado	451
• Obrigação assumida por documento particular	451
• Formas de pagamento	452
– Desconto dos alimentos dos ganhos do alimentante	452
– Desconto do débito alimentar dos rendimentos do devedor	454
– Constituição de renda	454
– Inclusão em folha de pagamento	456
• Medidas coercitivas	457
– Inscrição nos serviços de proteção ao crédito	457
– Protesto	457
• Outras medidas coercitivas	459
– Imposição de <i>astreintes</i>	460
• Providências acauteladoras	461
– Arrolamento de bens	462
• Medidas punitivas	463
– Prisão incidental	463

ABANDONO AFETIVO

– Crime de abandono material	464
– Perda do poder familiar	467
– Litigância de má-fé e dano moral	468
– Dano moral	469
• Desistência da execução	470
• Prescrição	471
– Prescrição intercorrente	472
• Renúncia do crédito alimentar	472

COMENTÁRIOS À LEI DE ALIMENTOS

– Artigos derogados pelo Código de Processo Civil	476
– Dispositivos e preceitos que permanecem em vigor	489
– E o que sobrou dela	490

SÚMULAS, TESES E ENUNCIADOS

• Supremo Tribunal Federal	501
– Súmulas	501

• Teses de repercussão geral	502
• Superior Tribunal de Justiça	502
– Súmulas	502
• Teses de repercussão geral	504
• Jurisprudência em tese	506
– Edição 65	506
– Edição 77	508
– Edição 149	509
• Jornadas do Conselho da Justiça Federal	510
– Enunciados	510
• Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM	512
– Enunciados	512

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	515
---	------------